Em Torno da Viagem Diplomática do Rei D. Fernando II de Portugal a Marrocos, em 1856

Mohammed Nadir
Bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia

1. Introdução e enquadramento do tema

O objectivo deste estudo visa, antes de tudo, preencher uma certa lacuna na historiografia luso-marroquina, no período oitocentista, e tornar acessível uma temática de história diplomática que ultimamente voltou a suscitar o interesse dos historiadores e estudiosos das relações luso-maghrebinas e, em especial, luso-marroquinas[1].

[1] Nos últimos anos, surgiram vários estudos que se debruçaram sobre as relações diplomáticas luso-marroquinas, alguns dos quais sob a orientação do arabista António Dias Farinha, Maria Joana Miranda de Carvalho Neto, *Portugal e Marrocos. Diplomacia e Comércio (1760-1783)*, 2 vols., Lisboa, Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1996; *Idem*, "Portugal e Marrocos. Inversão das Políticas Externas, Modernidade das Relações (1760-1783); *Camões. Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, n.º 17-18, Lisboa, 2004, pp. 55-69; António Jorge Afonso, *Portugal e o Magreb nos finais do Antigo Regime*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1998; *Idem*, "O Tratado Luso-Marroquino de 1774 e o Magreb. Um Relacionamento Integrado", *Ibidem*, pp. 83-95; Fernando Castro Brandão, "O Tratado de Paz entre Portugal e Marrocos de 1774", *Ibidem*, pp. 83-95; Uthman al-Mansouri, *Les relations marocco-portugaise (1790-1844)*, 2 vols., Tese Inédita em Árabe, Faculdade de Letras, Ain Chok, Casablanca, 2000-2001;

Esclareça-se que o objectivo principal não é, de modo nenhum, tratar da diplomacia *stricto senso* e, muito menos, fazer a história da diplomacia, mas sim, como instrumento chave da política externa de qualquer país, estudar e compreender as relações diplomáticas (séc. XIX) que uniram dois países vizinhos do extremo ocidental euro-africano, cujos laços não são apenas históricos, mas também culturais, políticos, arquitectónicos, linguísticos, comerciais[2].

De facto, o interesse que recomeça a ter a documentação diplomática e, por conseguinte, a história diplomática, é algo novo que se distingue e distancia de investigadores como Eduardo Brazão, Visconde de Borges de Castro, Luiz Teixeira de Sampayo. Nesta fase, que chamamos de nova, podemos considerar que os primeiros estudos sobre a história diplomática e não sobre a diplomacia propriamente dita se devem a autores como o Embaixador Fernando Castro Brandão que é um dos que chamaram a atenção para esta área do saber, tendo sido um dos primeiros a utilizar as fontes. Já em relação à diplomacia propriamente dita, pode dizer-se que existe uma tradição diplomática em Portugal, mas, comparando-a com a sua homóloga marroquina, existem diferenças em muitos aspectos.

E aqui estamos a referir-nos à prática diplomática pura, no terreno, pois é aqui que, normalmente, surgem as dificuldades. Recordamos que estamos a analisar a história diplomática no séc. XIX, na medida em que este século marcou grandes alterações ao nível planetário, quer pelas guerras que houve, quer pela partilha do mundo não europeu na Conferência de Berlim (1885), na qual o mundo africano e oriental foi repartido pelas potências europeias.

Os países que tinham uma força militar débil, quase medieval, e nem sequer tinham a noção do que é a diplomacia, um dos instrumentos fundamentais da política externa, foram esmagados militarmente pelo

---

Isabel Drumond Braga, *Missões Diplomáticas entre Portugal e o Magreb no Século XVIII. Os relatos de Frei João de Sousa*, ed. Artes & Letras. Livreiro Antiquário, CEH. Universidade de Lisboa, 2008.

[2] Maria Regina Mongiardim, *Diplomacia*, ed. Almedina, Coimbra, 2007, p. 14; convém aqui dizer que esta obra é uma grande contribuição para todos aqueles que se interessam pela área diplomática, sejam diplomatas, investigadores, académicos, creio que é inevitável para qualquer aluno que estuda direito, relações internacionais, ou um leitor normal todos sairão com instrumentos que ajudam a compreensão do mundo de hoje.

imperialismo europeu, recorrendo à guerra e a todos os tipos da Diplomacia. É aqui que o tema do nosso estudo sobre Portugal e Marrocos ganha sua originalidade sob uma óptica tridimensional: em primeiro lugar, as relações diplomáticas entre Portugal e Marrocos que é o fio condutor que vamos seguir de uma maneira analítica e factual; em segundo lugar, está em causa a acção diplomática de Portugal e as forças em presença no séc. XIX; em terceiro, está em questão Marrocos e as mesmas forças oitocentistas. Para quê estas problematizações? É que, no fundo, esta tridimensionalidade está ligada intrínseca e dialecticamente entre si. Sendo assim, a problematização do estudo tem uma única finalidade metodológica. É conduzir-nos, em última análise, a entender questões vitais para qualquer estado, porque tem a ver com a soberania, a independência nacional, a defesa e preservação do interesse nacional, o peso político de cada estado, e também uma outra questão importantíssima que tem a ver com a *sobrevivência* de alguns estados contra os ventos e marés de Oitocentos.

Será verdade que a independência dos estados depende apenas da sua força militar? Pedro Soares Martinez, ao reflectir sobre esta questão, concluiu que nem a acção diplomática nem a militar criam nações, nem as conservam, nem as dilatam. Sublinha o mesmo autor que, na base da formação e da extensão de um estado nacional, há-de forçosamente achar-se essa mesma comunidade moral e cultural. Mas tal comunidade também só consegue o reconhecimento e a vida exterior, quando chega a reflectir-se através de uma força militar e da capacidade político-diplomática de fixação de fronteiras. Sem a força militar, essa capacidade é totalmente ineficaz, por falta de matéria de negociação. Por outro lado, sem a diplomacia, a força militar de um país e a comunidade nacional são condenados a uma vigília permanente e nessa mesma vigília haveria de consumir todas as suas potencialidades e até os valores adquiridos pelas vitórias anteriores[3].

Porquê o Século XIX?

Não existe nenhum estudo nesta área das relações diplomáticas luso-marroquinas que abarque o século XIX inteiro com mais recuos e avanços nos séculos XVIII e XX que se inicia desde a assinatura do tratado de 1774

[3] Cf. Pedro Soares Martinez, *História Diplomática de Portugal*, 2ª edição, Lisboa, Verbo, 1992, pp. 545-546.

até 1912, data que marca a perda da independência marroquina. Estamos claramente perante um caso da *longa história,* pois irá permitir-nos visualizar com nitidez o contexto oitocentista a nível internacional, graças à diplomacia como ferramenta metodológica para compreender sobretudo o séc. XIX a nível regional e, neste caso, através das relações de dois países da *Finis terrae,* Portugal e Marrocos. Se este foi o nosso pretexto historiográfico, as balizas cronológicas tiveram como *razão de ser* a importância do séc. XIX, por ser um período que marcou o mundo contemporâneo e, desse ponto de vista, foi decisivo.

Falar do séc. XIX luso-marroquino leva-nos a uma verdadeira odisseia de acontecimentos políticos, sócio-económicos, mentoculturais, na medida em que a conjuntura de Oitocentos é rica, confusa, marcada pela *Real politics*, pelos interesses coloniais declarados em alta voz em conferências internacionais, um arsenal ideológico virulento nunca antes visto (excepto nos séculos XV-XVI) e que se reflectiu em todos os domínios do saber, desde a literatura, prosa e poesia (Kipling e o fardo do homem branco), pintura (De la Croix), ciências humanas, desde a história, sociologia, antropologia, etnologia. Esta última tentou justificar o colonialismo puro com uma ideologia eficaz perante a opinião pública chamada *missão civilizadora,* com grandes nomes e grandes obras. O falecido Edward Said[4] (ensaísta palestino-americano) na área da literatura fez com brilho raro uma filtragem dessa ideologia que estava ao serviço dos interesses do colonizador. Embora sem deixar de pensá-lo, também pôde tirar partido dessa montagem ideológica, já que recorreu às mais sofisticadas teorias e até porque se repete e se repetiu de forma muito nítida após o 11 de Setembro de 2001, em que vimos políticos intelectuais tomarem posição uns contra e outros a favor. É Chiraque contra Buch e Blair; João Paulo II, Chomski, Harold Pinter e Michael Moore contra Bernard Lewis e uma gama de intelectuais, muitos deles da extrema-direita, conservadores e neo-conservadores. Ironicamente, grande parte deles se define sem nenhum problema de consciência como cristãos católicos devotos.

[4] Edward Said, veja-se as obras seguintes: o Clássico *Orientalismo e Cultura e Imperialismo.*

Regressando ao séc. XIX luso-marroquino, verificamos até que ponto a história diplomática aponta com clareza o ritmo rotativo na vida dos países (nos casos de Portugal e Marrocos), em que este século foi marcado pela descrença e pelo abandono, chegando ao ponto em que a própria independência nacional estava seriamente ameaçada. Valeu a Portugal a divergência dos interesses externos[5]. O que permitiu a não concretização de alguns projectos, desenhados pelo aliado mais antigo do país que é a Inglaterra.

Durante todo o séc. XVIII, as debilidades resultantes do estreito *hinterland* português, sua pobreza económica, foi apenas compensada pelo ouro do Brasil, o que permitiu a Portugal manter uma ameaça permanente às riquezas espanholas vindas das chamadas Índias Ocidentais[6]. Por outro lado, a chegada de Portugal ao séc. XIX na órbita da influência britânica, e mais tarde pela luta travada a partir de 1800 entre o chamado «Bloco Francês» e o «Bloco Inglês», conflito que durou para além do congresso de Viena, em 1815, e das conspirações de 1817, revolução de 1820 que deu a vitória aos liberais, a independência do Brasil, em 1822, constituíram acontecimentos duros para Portugal. E podemos acrescentar as guerras civis que dividiram os portugueses no séc. XIX, muitas delas fomentadas por factores e interesses internos e externos que encontraram em Portugal condições favoráveis para concretizar os seus planos. Apesar do surgimento duma nova potência, a Alemanha, que muitos países europeus saudaram, sobretudo aqueles que eram incomodados na sua soberania interna pela Inglaterra, acharam que a nova potência ia ajudar a criar um certo equilíbrio político-militar ao nível internacional. Ao unir-se à França, Portugal pensou que era o momento ideal de fugir da esfera influente da Inglaterra. Ora, o ultimato inglês de 1890 veio pôr fim ao sonho português de ligar os territórios africanos do Atlântico ao Indico, esse *Dictat* foi doloroso para Portugal e revelou que não é fácil enfrentar ou até negociar com Londres, quando se trata de territórios, mas também mostrou que a potência recém-emergente, a Alemanha, não se podia contar com ela como um aliado adequado aos interesses portugueses[7].

[5] Pedro Soares Martinez, *ob. cit*, p. 13.
[6] *Ibidem*, p. 10.
[7] Pedro Soares Martinez, *ob. cit*, p.10.

Olhando para o Sul do Mediterrâneo, verificamos um cenário semelhante, um país atrasado, militarmente perdedor, diplomaticamente ineficaz ou nulo, e isto no momento em que estava a afirmar-se o dinamismo de uma nova Europa industrial, empurrada por um movimento geral de expansão que levou a instaurar por todo o lado o liberalismo comercial e depois o sistema colonial. Marrocos começa de forma crescente a sofrer as pressões externas. De uma maneira ou de outra, Marrocos não podia ficar à margem dos acontecimentos, no momento em que as rotas mediterrânicas passaram a ter, nos meados do séc. XIX, uma importância nova. Os esforços de penetração dos comerciantes britânicos de Manchester e de Gibraltar culminaram em 1856 sobre o tratado de comércio que abriu o país aos produtos europeus. Antes disso, houve momentos cruciais que desvendaram a pura realidade dum Marrocos que era temido.

A desastrosa batalha de *Isly* (14 de Agosto de 1844), onde Bugeaud derrota o exército xerifiano, pôs fim aos quase três séculos de invencibilidade marroquina. De certa maneira, foi uma das consequências da batalha de *Alcácer al Kibir*. Por sua vez, a Espanha, a partir dos presídios conservados na costa rifina, Ceuta e Melilla, retomou uma política de expansão com a Guerra de 1859-1860, facto que lhe permitiu obter, no Tratado de 1861, uma importante indemnização de guerra e a reocupação da antiga possessão de Santa Cruz de Mar Pequeña. Assim, em menos de sete anos, de Dezembro 1856 à 1863, modificaram-se as relações tradicionais entre Marrocos e a Europa.

2. A Diplomacia Moderna: Século XIX até 1912

Ao longo desta análise, fizemos duas leituras, olhares da e sobre a diplomacia, uma mais antiga e conservadora e outra mais actual, mais próxima do tempo e do espaço em que estamos enquadrados. É provável que a política externa norte-americana comece a tornar-se mais dialogante e mais democrática em termos de resolução dos conflitos, ou seja, teremos certamente, na minha opinião, uma ***Neo-diplomacia*** americana que escuta mais, em vez de executar mais, e erradamente. Quiçá por isso, os americanos votaram a mudança, ao eleger Barak Obama como o primeiro

negro a conseguir conquistar a Casa Branca e a conseguir uma simpatia mundial nunca dantes vista, o que, de certo modo, exprime a esperança da população mais desfavorecida a nível global que vê num presidente americano (aconteceu isso com Al Gore, mas que desiludiu, ao não ir até ao fim, e quase abandonou a política), neste caso Barak Obama, a pessoa que incarna um poder virado para a justiça, a solidariedade e a paz no mundo. Numa palavra, diria que, com Obama na Casa Branca, o slogan de *an other World is possible* pode tornar-se realidade.

Seja como for, as balizas temporais deste estudo não fogem a esse período e suas consequências. Por outras palavras, é inconcebível estudar as relações diplomáticas luso-marroquinas no séc. XIX sem analisar o rumo e o papel que a diplomacia passou a ter na cena internacional e que está conotada como a *Diplomacia moderna.*

Todavia e em certo sentido, a diplomacia é tão antiga como a história humana, no entanto, a diplomacia como sistema uniforme, baseado em leis reconhecidas e dirigida por uma hierarquia diplomática e com estatutos fixados internacionalmente é algo que se viu realizado na época moderna, mesmo na Europa. É precisamente no congresso de Viena em 1815 e Aix-La-Chapelle (1818) que a diplomacia passa a ser considerada como elemento complementar da política externa. A partir desta data, o direito internacional passa a ficar sob a tutela da diplomacia. E, apesar da consagração da arte da diplomacia, esta profissão desenvolveu-se ao longo de vários anos de experiência e conseguiu sobreviver.

Esta experiência pode ser chamada ciência, o que é muito distinto da diplomacia como arte. Ela engloba não apenas o direito internacional, mas também o largo campo que nós chamamos História, em que, de facto, o direito internacional é apenas uma parte, tal como Bielfeld realçou com a seguinte passagem: «*direito público é baseado em factos. Para conhecê-lo é fundamental saber história, que é a essência dessa ciência tal como a política em geral*»[8]. A larga visão para homens de negócios é algo implícito no "sentido histórico" e muito mais necessário para um diplomata, sobretudo nas condições que o período moderno trouxe, o que, de certa forma,

[8] Veja-se *The Encyclopedia Britannica,* vol. VIII, p. 295. A tradução é feita por mim; Beilfeld, *Institutions politiques,* la Haye, 1760, t. I. ch. II, § 13.

difere do contexto do séc. XVIII, quando a política internacional estava sob controlo dos príncipes e seus conselheiros. A diplomacia, nessa altura, não passava dum *game* jogado em círculos estreitos. O mesmo se pode dizer dos seus objectivos que eram bem limitados, porque, do ponto de vista dos estados, era praticamente considerada como parte integrante da soberania, por conseguinte, a principal função dos seus "agentes" era alargar e proteger a mesma.

A *old haute diplomatie* (a clássica) entrou num processo exaltado da discussão dos preços, conduzido com absoluto menosprezo pelos padrões normais da moral, mas com uma delicadeza refinada e de acordo com regras cada vez mais elaboradas. E isto à medida que o séc. XIX avançava, trazendo suas radicais mudanças, não em termos diplomáticos apenas, mas atingindo o resto das áreas socioculturais, geopolíticas e, por fim, a economia que foi, de certo modo, o motor e a génese daquilo que se passou em termos políticos. Por outro lado, o próprio carácter da diplomacia sofreu grandes mudanças e alterações que podemos classificar em três aspectos: o primeiro resulta dum grande sentido do interesse comum entre as nações, e que, por sua vez, foi uma das consequências da revolução francesa; o segundo se deve ao surgimento da democracia e que se reflectiu sobretudo nas assembleias parlamentares e na imprensa; a terceira razão tem a ver com a alteração da posição do agente diplomático, devido à modernização dos meios de comunicação. Ora, como vimos, a primeira dessas mudanças data-se da circular do Conde Kaunitz, nos finais de Oitocentos (17 de Julho de 1791), em que, face à revolução, tentou-se convencer as potências do dever moral e da obrigação legal de debater causas comuns, com o objectivo de preservar «paz pública, a tranquilidade dos estados, a inviolabilidade das possessões e a fidelidade aos tratados»[9].

O dever moral e legal de zelar pelo interesse comum da Europa e do Mundo foi, pela primeira vez e de modo oficial, reconhecido como a função da diplomacia, por conseguinte, qualquer acção comum só podia ser vista como um resultado das negociações diplomáticas. Era fácil exagerar os resultados efectivos desta ideia, mesmo quando foi cristalizada na grande aliança de 1814 e proclamada ao mundo na consagrada aliança de

[9] *Ibidem*, a tradução é de minha responsabilidade.

26 de Setembro de 1815, bem como na declaração de Aix-la-Chappelle. Apesar disso, a cínica imagem pintada por La Bruyère sobre o diplomata do séc. XVIII, infelizmente manteve-se na centúria seguinte, quando ele lança sua crítica, dizendo «His talk is only of peace, of alliances, of the public tranquillity, and of the public interests; in reality he is thinking only of His own, that is to say, of those of His master or of his republic»[10].

Os procedimentos do congresso de Viena provaram o pouco que se tinha feito em termos do bem comum, já que, na prática, foram reforçados os interesses particulares/nacionais. Não obstante, a concepção da ideia da "Europa" como entidade política sobreviveu. O congresso de Aix-La--Chapelle de 1818 foi, em certo sentido, um parlamento Europeu e o seu principal objectivo era promover os interesses comuns. Seja como for, o valor real deste "concerto da Europa" e que foi uma das consequências deste período dos congressos foi certamente e sobretudo a produção dum grande efeito no espírito e na prática diplomática que passou a assumir nas conferências e congressos, funções internacionais, ao mesmo tempo legislativas e administrativas. O diplomata tornou-se responsável não apenas para com seu próprio governo mas também para com a Europa. E os que zelavam apenas pelos interesses do seu próprio governo eram bastante criticados.

Esse egoísmo diplomático era reprovável e, por isso, a atitude de Metternich em relação a Áustria era criticada. Por outro lado, a grande transformação na área diplomática foi liderada e projectada por Canning, o princípio do autor da célebre frase "cada nação por si, Deus por todos" prevaleceu. De facto, sobre a ideia de Alexandre I da Rússia, que defendia "uma confederação europeia" ainda como um resultado dos congressos realizados, cada agente diplomático, ainda que ele represente os interesses de seu Estado, tinha o suporte da matéria completa dos tratados que constituíam o direito público do mundo, em que o diplomata, de certo modo, era seu intérprete e guardião.

Mas o segundo processo que estava na génese da mudança foi a crescente responsabilidade da diplomacia face à opinião pública. Por conseguinte,

[10] La Bruyère, *Caractères*, II. p. 77, ed. p. Jouast, Paris, 1881, apud *The Encyclopedia Britannica*, vol. VIII, p. 295.

essa questão gerou uma discussão muito importante, já que se considera um dos mais controversos problemas das relações internacionais na época moderna, na medida em que cada indivíduo, por seu voto, pode influenciar a política do Estado a que pertence. Basicamente, a discussão concentrou-se à volta da seguinte questão: até que ponto o debate público sobre os assuntos internacionais poderá afectar a legitimidade das funções que a diplomacia desempenha, para o melhor ou para o pior?

Para um diplomata da escola clássica, a resposta é clara como a água. Para ele, a diplomacia é um campo tão delicado e uma arte tão pessoal que não aguenta a confusão da publicidade. Metternich foi um dos últimos representantes da diplomacia clássica/ *the old haute diplomatie*, viveu moralizado sobre as ruínas causadas pelas primeiras manifestações da nova diplomacia / diplomacia moderna, a que os ingleses dão o nome de "*New diplomacy*", e fundamentalmente tem a ver com as consequências da ascensão do poder da opinião pública[11]. Desde cedo, o seu ponto de vista foi desfavoravelmente adverso aos "limites" impostos sobre as monarquias constitucionais da Europa Ocidental, em contraste com "liberdade" que usufruíam as autocracias do leste Europeu, "livres" porque – sempre segundo o ponto de vista de Metternich – não tinham nenhuma obrigação de prestar contas das suas acções à opinião pública. Ele próprio foi mestre na arte da velha diplomacia – mais uma vez referimos que os britânicos usam a expressão de *old diplomacy* – que recorre às intrigas, escondendo seus fins sob uma falsa eloquência e, sobretudo, usando com eficiência a arte do fascínio pessoal. Para ele, a opinião pública era considerada um elemento perigoso que deve estar sob controlo.

No lado oposto e directamente antagónico a Metternich, havia Georges Canning, a quem podemos chamar o grande protótipo da dita "nova diplomacia" ou a diplomacia moderna, isto enquanto Metternich simbolizava "o meteoro malevolente atirado pela providência divina em cima da Europa". Canning teve a visão clara da imensa força que passara a ter a sua acção diplomática, porque tinha atrás de si o apoio da opinião pública. Numa resposta a Metternich que se queixava do tom dos discursos no parlamento, e do suporte popular dado na Inglaterra ao movimento

[11] *The Encyclopedia Britannica,* vol. VIII, p. 295.

revolucionário, ele -Canning- escreveu que, "se nós queremos manter nossa influência no estrangeiro, temos que ter segurança em termos das fontes do poder dentro da casa: mas as fontes dessa força estão e residem na simpatia entre o povo e o governo; e na união entre o sentimento público com o sentimento dos conselhos; e numa confiança recíproca entre a casa dos comuns e a Coroa"[12].

A classificação dos agentes diplomáticos foi, pela primeira vez, e, de forma definitiva, incluída no corpo geral do direito internacional no *Règlement* do séc. XIX que foi aprovado no dia 19 de Março de 1815, em Viena, se bem que a questão foi inteiramente fechada no congresso de Aix-La-Chapelle (21 de Novembro de 1818). Assim, os agentes diplomáticos foram divididos em quatro categorias: 1) Embaixadores, legados e núncios; 2) enviados extraordinários, ministros plenipotenciários e outros ministros acreditados directamente pelo Chefe de Estado; 3) Ministros residentes; 4) encarregados de negócios. Este acordo foi aceite por todos os países, inclusive Estados Unidos de América.

Vimos que, em termos teóricos e jurídicos, a diplomacia conseguiu criar seu espaço e sair da tutela do *Jus gentium* ou direito internacional, colocou os alicerces duma nova/moderna prática diplomática e passou a assumir funções ao nível internacional nas grandes conferências e congressos, seja legislativo ou administrativo. Encontros em que se decidiu o futuro da Europa, mas também do mundo. A grande parte do debate era acerca do papel da diplomacia e a forma mais adequada de prevenir e, em última instância, resolver os conflitos no mundo. Curiosa e tragicamente, este debate novecentista, que precedeu o nascimento da diplomacia, continua ainda hoje duma maneira mais actual e sobretudo decisiva mas sem conseguir evitar genocídios. A opinião pública gritou, mas o poder político calou-se. E verificamos que a circular do Conde Kaunitz, em 17 de Julho de 1791, que foi o primeiro a dar uma definição do conceito de diplomacia e a sua razão de ser, e que no ideal de Kaunitz visava preservar a «public peace, the tranquillity of states, the inviolability of possessions, and the faith of treaties», por incrível que pareça, a frase mantêm-se válida.

[12] To Wellesley, in Stapleton's *Canning*, I. p. 374, apud *The Encyclopedia Britannica*, vol. VIII, p. 295.

Também vimos que a diplomacia se implantou e ganhou legitimidade devido a três factores: 1) o grande sentido do interesse comum entre as nações, fruto da revolução francesa; 2) devido à ascensão da democracia, que se reflectiu no parlamento e na imprensa; 3) a terceira razão prende-se com a própria alteração de agente diplomático, devido à modernização dos meios de comunicação. Ora, a diplomacia moderna/nova conseguiu o reconhecimento internacional, autonomia, criar seus próprios valores e ideais, tarefa realizada por vários teóricos que foram inspirados pela revolução francesa e pelos princípios do *Iluminismo/Siècle des Lumières*. Democracia, o direito à cidadania, Montesquieu e sua teoria da separação dos poderes do estado (Legislativo, Executivo e Judicial), exerceram importante influência sobre diversos textos constitucionais modernos e contemporâneos, sobretudo a sua obra-prima, *Espírito das Leis* (1748), sem esquecer a contribuição inglesa de filósofos como John Locke (1632-1704), Edward Gibbon (1737--1794), bem como políticos como Georges Canning. Apesar de tudo, graças a esse combate político e intelectual, há que reconhecer que, no início do séc. XIX, o mundo sofreu profundas alterações políticas, económicas e socioculturais e a própria diplomacia que está intimamente ligada à política e a ela obedece, acabou por ceder às regras do jogo da *Realpolitik* posto em prática por vários líderes políticos europeus, tais como Bismarck, actuando sem nenhuma consideração ética ou moral[13]. Aqui podemos tirar a seguinte conclusão: se a nova diplomacia/ new Diplomacy que Canning defendeu é que deu a voz à opinião pública na tomada de decisões do governo, derrubando os últimos defensores (Metternich) da *Old haute diplomacy/* ou a clássica que ignorava a opinião pública, querendo pôr em acção os ideais duma diplomacia pura e humanística, tal como foi idealizada por Kaunitz, e também os valores universais do iluminismo. Na verdade, nada disso aconteceu, o séc. XIX acabou por ser ***escuro*** e ***sombrio*** no mundo afro-asiático que foi partilhado como um bolo.

Existe um factor, embora não directo, mas que contribuiu nessas mutações político-diplomáticas e coloniais. É a entrada dos Estados Unidos da América na cena mundial, tendo como efeito alterar o equilíbrio europeu e acabar com o sigilo diplomático, impondo a "mundialização" das teorias político-

[13] Maria Regina Mongiardim, *ob. cit.*, p. 86.

-económicas assentes no liberalismo, querendo com isso transformar a Europa no espelho da sociedade americana. Conceitos novos como o ***Diktat*** deixou a diplomacia refém da ideologia e, pior ainda, vítima dos caprichos da política interna e passou a ser ferramenta da política externa desempenhar outro papel, que é alimentar a exaltação ideológica e os interesses de cada estado e às vezes de cada político[14]. A diplomacia deixou de ser aquilo que era, perdeu sua identidade e quase morreu.

Mas, mesmo trocando de identidade, a diplomacia não deixou de ser o meio de contacto entre estados, ficando conotada como diplomacia multilateral de tipo ad-hoc que passará a ser conhecida, no séc. XX, por diplomacia parlamentar[15].

3. *A* viagem diplomática de D. Fernando II de Portugal a Marrocos, em 1856

O objectivo central deste nosso estudo, desenvolvido neste ponto, tem por base de investigação um *Diário*, publicado em Tânger, por José Daniel Colaço, cônsul geral de Portugal em Marrocos, o qual, que saibamos, nunca foi estudado. Trata-se de um documento que reconstitui, com uma descrição minuciosa, a viagem realizada pelo Rei de Portugal D. Fernando II (1816--1885) a Marrocos, em 1856, seguido da descrição de um acontecimento diplomático de simbologia relevante, na medida em que se trata do acto da entrega da Grã Cruz da Torre e Espada, com a qual foi agraciado o Sultão Sidi Muhammad, em 1865[16]. É a primeira condecoração estrangeira que alguma vez foi oferecida a um sultão marroquino (curiosamente portuguesa). De certo, o facto em si não deixa de ter uma conotação especial em termos diplomáticos e cerimoniais/protocolares. Uma segunda condecoração, igual à anterior, será atribuída e entregue ao sultão Mulay Al-Hassan, em 1877.

[14] *Ibidem*, p. 97.

[15] Idem, *Ibidem*, p. 99.

[16] José Daniel Colaço, *Diário de viagem de Sua Majestade El Rei o Senhor Dom Fernando a Marrocos, seguido da descrição da entrega da Grã Cruz da Torre e Espada ao Sultão Sid Mohammed*, dedicada à Sociedade de Geografia de Lisboa, Tanger, Imprensa Abrines, 1882.

José Daniel Colaço refere que uma das razões que o levaram a aceitar o convite do dono duma editora (Snr. Abrines) é porque achou a publicação importante, face à conjuntura e aos acontecimentos com que o império de Marrocos estava a ser desafiado. Um destes desafios prende-se com as exigências da civilização no sentido da luz e do progresso. Portanto, tudo a seu respeito devia ser publicado, porque iria interessar ao "povo Latino" que foi o primeiro a desembarcar com seu exército triunfal nas costas africanas. Outra razão tem a ver, segundo o autor, que estando o povo português entre aqueles que estão na vanguarda dos países cultos, tem o dever de sair da indiferença com que até há pouco tem olhado para os assuntos desta zona, em cujas terras sentiu o sabor das vitórias e das derrotas. Perante estas circunstâncias, o autor refere-se também ao significado simbólico de ser este o ***primeiro*** livro publicado em Marrocos e que tem a ver com a própria viagem dum rei português a esta terra tão ligada às nossas gloriosas tradições, razão pela qual José Daniel Colaço aceitou o pedido do Sr. Abrines, o primeiro a instalar um prelo em Marrocos.

Deve dizer-se que este facto, do ponto de vista diplomático-cultural, e em termos da colaboração luso-marroquina, pode ser considerado de grande importância e significado, uma vez que, anteriormente, os portugueses radicados em Marrocos tinham de recorrer à Europa para imprimir os seus documentos[17]. Além disso, o autor não deixa de sublinhar «a ideia de que a primeira publicação a sahir em Tanger, fosse feita em lingoa portugueza, e de que a obra, embora pequenina e de nenhum merito literario [?], posesse em relevo o exemplo que aos exploradores e viajantes africanos dera um Principe que o povo Portuguez extremece, e que todo o mundo venera pelas suas grandes virtudes e enciclopedica cultura, assim como pela sua relevantissima qualidade de rei-artista e animador das sciencias, das letras e das artes, não podia menos de ser vivamente sympathico a quem se presa de amar as cousas patrias e acatar o pais que representa»[18].

Passemos à viagem de D. Fernando II. No início do mês de Maio de 1856, foi avisado o cônsul geral português em Marrocos da conveniência em guardar o mais rigoroso sigilo, porque (ao contrário das normas diplomáticas)

[17] J. D. Colaço, *ob. cit.*, p. III.
[18] Idem, *Ibidem*, p. V.

José Daniel Colaço, novo ministro plenipotenciario de Portugal em Marrocos
(Segundo uma photographia de Camacho)

COSTUMES DO IMPERIO DE MARROCOS

(Gravura do livro no prelo *Viagens em Marrocos* de R. da Camara — Edição de E. Chardron — Porto)

o soberano português não queria ser recebido com as demonstrações públicas, festejos nem cerimónias. Por sua vez, o cônsul geral fez tudo de maneira a aplicar os desejos reais, «podendo S. M. entretanto presencear o ceremonial alli seguido na recepção de um rei, sem que necessitasse, em cousa alguma, variar o traje commodo de viagem»[19]. O autor assinala que era quase impossível que os naturais não se apercebem da categoria do visitante. Refere-se à curiosidade que animava os marroquinos, ao receber pela primeira vez um herdeiro daquelas partes de África que não muito distante estava sob domínio português[20].

A viagem coincidiu com o tempo duma das peregrinações a Meca, pelo que não deixa o autor de assinalar este acontecimento sagrado para os muçulmanos e referir alguns dados sobre o transporte dos fiéis que só poderiam realizar a viagem graças a dois vapores, um francês e outro inglês, o que era algo de novo para esses peregrinos que dantes embarcavam em navios de vela mal equipados, o que por vezes causava a morte de metade dos viajantes antes de chegarem ao destino[21]. Enquanto decorriam estas operações de transporte, entrava em acção a intervenção das autoridades marroquinas e até do próprio Bacha Ben-Abd al-Malek em auxílio do capitão e das tripulações dos vapores para que não houvesse desordem a bordo[22].

Ocorriam operações deste tipo no mesmo dia e à mesma hora em que fundeava na baía de Tânger o navio português de guerra. É aí que o autor, que é um diplomata, começa a entrar no ambiante diplomático e protocolar, ao dizer que isso, de certa forma, explica e desculpa o comportamento do governador, que não pode, como devia (ou seja, como exigem as boas maneiras diplomáticas) ir cumprimentar o Rei Dom Fernando, logo à sua chegada. Aliás, o documento está cheio de referências diplomáticas. Por exemplo, «o Visconde da Foz, ajudante d'ordens d'El-Rei, informado das circumstancias occorridas e accompanhado do consul geral de Portugal n'aquella praça, e mais pessoas do consulado, dirigiu-se a bordo do vapor inglez *Araxes*, onde então se achava o bachá, o qual da parte de S. M.

[19] J. D. Colaço, *Ibidem*, p. 1.
[20] Idem, *Ibidem*, p. 1.
[21] Idem, *Ibidem*, p. 3.
[22] Idem, *Ibidem*, p. 4.

significou, que lhe ficava relevada a falta commettida»[23]. Após esse aparente incidente diplomático, o Bachá fez tudo para que a recepção do Rei português fosse um evento histórico.

Em certa medida surpreendido, o autor diz que «era um bello e grandioso espectaculo para commover o coração portuguez, que o presenceou!»[24]. A postura do rei é descrita como observador curioso e atento a um país que historicamente teve com Portugal o maior contacto, a todos os níveis. A seguir, o autor descreve o desembarque do monarca português em *Al-marsa* (que significa o porto) e a recepção do rei pelo cônsul geral de Portugal (o próprio autor), pelos administradores e pelo capitão do porto. Em relação ao *bachá* marroquino, equivalente a governador em português, segundo o costume do país teve a honra de acolher o rei mais adiante, e logo mandou pôr à disposição de S. M. o melhor cavalo da sua cavalariça, ajaezado de seda, veludo e ouro. Depois de o cavalo ter sido analisado pelo rei, acabou por não utilizá-lo. O cônsul geral e autor deste relato da viagem real não deixa de fazer críticas fora de contexto contra o país acolhedor, ao dizer que, «não havendo no imperio de Marrocos uma só carruagem, nem cousa alguma que tenha rodas, prohibida, como é pelo estupido fanatismo d'aquella gente, [o rei] teve de continuar a pé»[25]. Mais adiante, o autor sublinha que o governador, vestido a rigor, à maneira de um general mouro, veio cumprimentar El-Rei[26]. O autor não deixa de referir que a visita real coincidiu com o nono mês lunar, o Ramadão, que, como se sabe, é uma época de jejum.

Segue-se um texto interessante por ser considerado um descuido protocolar, pelo facto de atingir as normas mínimas de respeito às tradições e à cultura dos países a que o viajante se dirige, o qual passamos a citar: «como S. M. estava fumando, e como este jejum, durante todo o mez consiste em não comer, nem beber, nem fumar, nem cheirar o fumo de cigarro ou de outro qualquer aroma, desde o *feger* ou o crepusculo da manhã, até ao esconder do sol, o governador no momento de se lhe aproximar S. M. levou uma das pontas do alburnoz á cara, cobrindo cuidadosamente

[23] *Ibidem.*
[24] *Ibidem.*
[25] Idem, *Ibidem*, p. 5.
[26] Idem, *Ibidem*, p. 6.

a bocca e o nariz, em quanto com a mão direita fazia os cumprimentos do costume»[27]. Esta situação embaraçosa para o Rei e também para o seu anfitrião marroquino poderia ter sido evitada se tivesse funcionado convenientemente a informação protocolar.

É óbvio que a responsabilidade cai em cima do cônsul geral que devia ter informado sobre a altura mais adequada duma visita como esta, ou então prevenir o rei de algumas precauções que deveriam ser tomadas neste mês sagrado para os muçulmanos. Ele próprio, o autor/cônsul geral admite no seu relato que a visita real não escolheu o tempo certo, pois «S. M. El Rei D. Fernando foi á Berbéria na occasião talvez em que menos se podem apreciar ou gosar os costumes mais curiosos d'aquelle paiz: – é occasião de pouco movimento, pouca vida, se é que ha alguma n'aquellas regiões»[28]. Como se vê, acabou, por fim, por mudar a linguagem diplomática.

O documento em análise vai retratando a visita do rei, os efeitos sociais, o vestuário das mulheres, as casas, a religião, o estado industrial, militar e a situação agrária[29]. Mais ainda, o documento descreve-nos o rei português sem formalidades, cerimónias, mas também uma pessoa cheia de curiosidade em relação ao Império de Marrocos. Foi por isso que fez questão de se dirigir ao ateliê de um pintor francês, onde comprou dois quadros da vida quotidiana em Marrocos, que representam uma das festas na cidade de Tetuão e outro de um pregador e narrador de lendas numa praça de Tânger, rodeado do povo[30]. Adiante, o texto descreve os passeios do rei nos bazares, lugar onde estavam situadas as caravanas e, por fim, visitou o acampamento dos peregrinos[31]. É interessante salientar um aspecto pouco comum, as visitas e passeios do rei realizaram-se sem formalidades.

Por outro lado, o narrador neste caso o cônsul, não se limitou a descrever a visita do rei, foi também introduzindo comentários que pouco ou nada têm a ver com a postura de um agente diplomático, mostrando desprezo pela fé dos peregrinos, ao dizer que «é este modo de fazerem a peregrinação uma prova bem frisante da força do fanatismo que domina o coração d'aquellas

[27] *Ibidem.*
[28] J. D. Colaço, *Ibidem*, p. 14.
[29] Idem, *Ibidem*, pp. 7-9.
[30] Idem, *Ibidem*, p. 14.
[31] Idem, *Ibidem*, p. 16.

gentes [...] o quadro é por toda a parte miseravel, doloroso e nojento»[32]. De seguida, o relato assinala a viagem de S. M. a Tetuão, mas, antes disso e já no caminho do rei e sua comitiva, o «*bachá* governador [em jeito de cortesia], acompanhou S. M. dirigindo-lhe em lingua e estylo arabe cumprimentos do maior respeito, e manifestando-lhe quanta honra e felicidade era para elle o ter-lhe a providencia proporcionado essa occasião em que podia apreciar de perto as altamente sublimes qualidades e affaveis maneiras do rei de Portugal»[33]. O relato sublinha também a ordem do governador dada à comitiva marroquina que ia escoltar o rei para executarem, sempre que o terreno permitisse as corridas, evoluções e tiros que de uma maneira *sui generis* constitui naqueles cavaleiros a fantasia árabe, tudo com a intenção de divertirem o rei. E fizeram isso, apesar do jejum que, de certo modo, debilita. Chegaram mesmo a descarregar as espingardas ao pé do rei, o que simboliza maior respeito e veneração. O documento que relata a viagem do rei também não deixa de sublinhar outros aspectos socioculturais que caracterizam o povo marroquino.

A pouca distância do edifício se achava, por disposição anterior do nosso consulado geral, uma barraca atapetada com algumas almofadas mouriscas, onde S. M. El-rei se dignou descansar e tomar o pequeno-almoço. Durante a curta demora de S. M. naquele lugar, alguns chefes dos habitantes das montanhas vizinhas apareceram com pequenos presentes de galinhas, ovos, e cuscuz, segundo o costume do país nessas ocasiões[34]. No que diz respeito às formalidades, dizia o autor que «naquelles paizes» elas se reduziam a uma inclinação de cabeça, algumas palavras de respeito acompanhadas sempre do nome de Deus, e uma ligeira indicação com a mão direita para o caminho que se deve seguir, como que pedindo ao príncipe que se dignasse entrar «naquellas terras»[35]. Mais adiante, o narrador sublinha, mais uma vez, a recepção que teve el-rei D. Fernando pelo *bachá* (governador) Haddad duma maneira moderna, pois o governador de Tetuão, com o resto da guarnição, que se compunha, na maior parte, de artilheiros ricamente vestidos, teve lugar num grande largo cheio de povo. A seguir, o *bachá* adiantou-se

[32] J. D. Colaço, *Ibidem*, p. 18.
[33] Idem, *Ibidem*, p. 22.
[34] Idem, *Ibidem*, p. 33.
[35] Idem, *Ibidem*, p. 36.

para cumprimentar o monarca português[36]. A par dessa recepção oficial, decorria outra popular e espontânea que deixou o rei de Portugal espantado. A multidão, como em Tânger, era tanta e invadia o terreno que os soldados, para abrir caminho, recorriam à utilização da força[37].

Chegado a Tetuão, o rei de Portugal deu por concluída a sua digressão por aquele país e, por isso, ordenou que o vapor Mindelo viesse recebê-lo no porto[38]. O dia 23 de Maio 1856 foi destinado para visitar a cidade, percorrendo ruas, bazares, examinar usos e costumes dos habitantes, o que permitiu ao rei D. Fernando ter a oportunidade de visualizar e conhecer uma cidade tipicamente moura, algo diferente da cidade de Tânger que representa o protótipo duma cidade cosmopolita, na medida em que as três comunidades religiosas vivem juntas sem separação ou guetos, havendo, além disso, uma miscelânea de costumes, de interesses e até de sentimentos[39].

Numa outra passagem, o autor dá um relato cru e nu da situação sociocultural, política e até arquitectónica, afirmando que «naquelle paiz só ha das artes uma parodia tão ridicula quanto lamentavel [...] é pena que alli, como no resto de todo o paiz, não se veja desenvolvido por meio do estudo aquelle gosto arabesco tão caprichoso como elegante. As artes tem sido sacrificadas a um certo numero de processos mecanicos faceis, que provavelmente herdaram dos seus antepasados [...] o governo pela sua parte ignorante e despotico, não sente a necessidade de desenvolver conhecimentos que não possue, e sómente trata de sustentar e arreigar o turbilhão de preconceitos e preocupações que aquelle povo abraça como parte integrante e de indispensavel observancia do Islamismo. D'aqui resulta que o estado de coisas d'aquelle paiz é estacionario senão retrogrado, e o espirito dos seus habitantes aliás tão susceptivel de cultivo, dorme no berço da ignorancia embalada pelas mãos da preguiça»[40]. E continua narrando e apontando o dedo sobre o estado de coisas no país onde o autor exerce sua missão diplomática: «em Tetuão como em Tanger, sua Magestade percorreo a cidade a pe, porque como ja o dissemos, em Marrocos não ha carruagens

[36] J. D. Colaço, *Ibidem*, p. 36.
[37] *Ibidem*
[38] Idem, *Ibidem*, p. 39.
[39] Idem, *Ibidem*, p. 40.
[40] Idem, *Ibidem*, pp. 41 e 42.

[...] porque o pessimo estado das ruas, praças e calçadas marroquinas, a isso se oppoem»[41].

Depois desta descrição sombria dum Marrocos atrasado e sem infra-estruturas, incapaz de se modernizar, o autor remete-nos para uma outra imagem de algo mais refinado e positivo, tal como a descrição que faz da visita do rei a casa de al Rissuni, negociante marroquino que representava, em certo sentido, uma burguesia que existia na sociedade marroquina, não só rica mas ao mesmo tempo culta[42]. O documento que temos vindo a analisar traça uma imagem sobre o rei D. Fernando, tudo menos preocupada com os protocolos e as cerimónias, é uma descrição de alguém que ficou fascinado pelo país vizinho e, ao mesmo tempo, culturalmente singular, factor que terá deixado o rei render-se a um país e a uma sociedade diferente daquilo que se via e acontecia na Europa que deu saltos gigantescos em termos de pensamento científico e crítico, bem como na produção industrial. Talvez o rei tenha observado algo que lhe fez lembrar o Portugal profundo, e não o Portugal do império.

Em suma, o rei quis passear sem se preocupar com nada, nem com a poeira que os cavalos levantavam ao passar, misturou-se com os diferentes grupos de gente nativa, a que andava a pé ou a cavalo. O autor comenta a felicidade de D. Fernando que estava sempre a sorrir e, de repente, foi observada uma harmonia entre o rei e o povo marroquino, algo notório de tal modo que parecia que havia uma certa afinidade íntima entre os sentimentos d'el-rei e todo aquele povo[43]. Face a tal afinidade e felicidade do rei, o autor do *Diário* interroga: «que espirito occulto estabelece aquella relação, aquella irmandade entre os portuguezes e os arabes? Será algum emissario conciliador enviado de um seculo de guerra a um seculo de paz para sanccionar por parte d'algum genio da antiguidade a lei de harmonia que duzentos annos de honrosas relações elaboraram entre o povo arabe e o portuguez?»[44]. E, logo a seguir, o cônsul volta a referir o aspecto harmonioso que unia o rei de Portugal com sua forma de estar humilde e espontânea, passeando no meio do povo como qualquer pessoa: «a harmonia

[41] J. D. Colaço, *ob. cit*, p. 42.
[42] Idem, *Ibidem*, p. 45.
[43] Idem, *Ibidem*, pp. 52-53.
[44] Idem, *Ibidem*, p. 53.

entre a sua augusta pessoa e o povo mourisco é tão notoria que parece haver uma afinidade intima entre os sentimentos d'El-Rei e todo aquelle quadro brilhante. Com effeito, ha naquella phantasia um não sei que de mysterioso, relativo á nossa historia, de fantastico e poetico, que não póde deixar de produzir no coração portuguez que a presenceia, uma impressão profundissima»[45].

Perante esse cenário, o autor não resiste em se deixar levar pela saudade e exprimir o seu saudosismo com um certo espanto e exclamação que se deduz da sua narrativa, não menos estranha, visto que o autor e diplomata Daniel Colaço tinha uma longa experiência, por conseguinte, presume-se que sabia dessa relação fraterna que unia os dois países, Portugal e Marrocos, que vinha desde os seus antepassados (o primeiro da família Colaço a instalar-se em Marrocos foi Jorge Colaço e Sarre em 1767, comerciante algarvio e que contribuiu para o estabelecimento das primeiras relações pacíficas) que se radicaram desde o séc. XVIII em Tânger, representando Portugal diplomaticamente no território marroquino: «festejando tão de coração a apparição de um Rei portuguez estabelece-se uma serie de recordações taes que levando-nos de seculo a seculo vae como de pedra em pedra abrir no fundo da nossa alma uma fonte inexgotavel de saudade»[46].

A narrativa do autor e diplomata oscila entre a admiração e o desprezo pelo povo e pelo estado de coisas no Império de Marrocos, o que é fácil constatar. Lendo atentamente o seu relato, tal como a seguinte passagem em que retrata o cavalo e o cavaleiro árabe, ficamos com ideias claras. Diz ele: «apparece no campo do festejo um arabe de gentil figura, só, [...] com o rosto coberto e elegantemente vestido. [...] Executa as mais difficeis e escolhidas evoluções do cavalleiro arabe com um desdem e com uma facilidade que pasmam, [...] a sua posição a cavallo não tem o aspecto caricato do habitual dos arabes e parece ser tam mestre na phantasia como eximio conhecedor das nossas regras de equitação»[47]. Tal como em outras situações, detecta-se uma manifesta incongruência do autor nesta passagem do texto, na medida em que começa por elogiar a fantasia marroquina, e uma

[45] *Ibidem.*
[46] J. D. Colaço, *ob. cit*, p. 53.
[47] Idem, *Ibidem*, pp. 54 e 55.

descrição dum cavaleiro árabe que apareceu na arena mostrando o melhor que sabia fazer o cavaleiro árabe, como forma de festejar a vinda do rei D. Fernando a Marrocos e, pouco depois, deprecia e menospreza as qualidades do cavaleiro árabe, ao dizer que este cavaleiro se diferencia com sua posição a cavalo do aspecto caricato habitual dos árabes[48].

Enfim, o autor (cônsul e diplomata) José Daniel Colaço não encontra nada de anormal ao recuar sua memória aos tempos do confronto cruzadístico, em contraste com uma visita histórica e memorável do rei de Portugal D. Fernando II ao norte de Marrocos, que fez questão de tirar o máximo proveito do melhor que caracteriza o povo marroquino, em termos culturais, sociais e hospitaleiros. Mas também queria simbolicamente fazer da sua visita um gesto de amizade, fraternidade e aliança que unisse os dois países. Ao contrário, o autor não sentia nenhum peso na consciência ao comentar e depreciar de forma cínica árabes, marroquinos, muçulmanos e apelidá-los de fanáticos que viviam numa terra cuja atmosfera estava infestada com os vícios do islamismo[49].

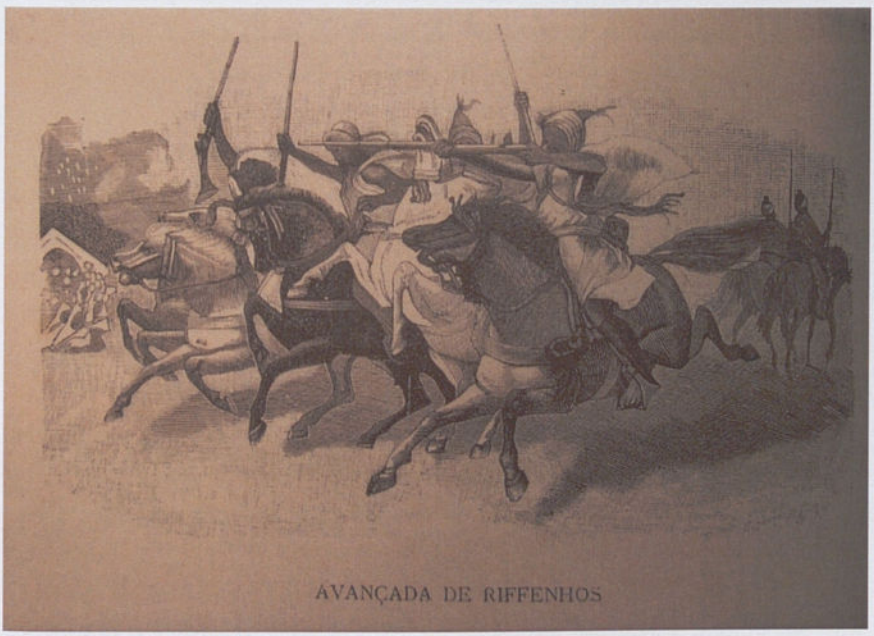
A concluir, diremos, em jeito de síntese histórico-diplomática, que as relações entre Portugal e Marrocos tiveram, desde o séc. XV, períodos de tensão e de distensão, tempos de guerra e de paz, e, no dizer de João Marinho dos Santos, momentos de confrontação e de cooperação[50]. Com a queda de Mazagão, em 11 de Março de 1769[51], último bastião português em Marrocos, as relações diplomáticas passaram a ser mais intensas. O primeiro grande passo nesse sentido foi a assinatura do importante Tratado de Paz de 11 de Janeiro de 1774, que normalizou as relações diplomáticas entre Portugal e Marrocos. A este tratado, outras missões diplomáticas de ambos os países se seguiram. Como nos informa o embaixador Fernando de Castro Brandão,

[48] Idem, *Ibidem*, p. 54.

[49] J. D. Colaço, *ob. cit*, p. 56.

[50] João Marinho dos Santos, José Manuel Azevedo e Silva e Mohammed Nadir, *Santa Cruz do Cabo de Gue d'Agoa de Narba. Estudo e Crónica*, Viseu, Palimage Editores-Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2007, pp. 10-93.

[51] José Manuel Azevedo e Silva, *Mazagão. Uma cidade luso-marroquina deportada para a Amazónia*, Viseu, Palimage Editores-Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2007.



AVANÇADA DE RIFFENHOS

"registaram-se as marroquinas de 1777 e 1780 e as portuguesas realizadas em 1790, 1797 e 1798"[52].

As relações diplomáticas entre os dois países não deixaram de se intensificar ao longo do séc. XIX. Ponto alto de tais relações foi, como vimos, a viagem do rei D. Fernando II de Portugal a Marrocos, em 1856. Esta viagem marcou um novo tempo e uma nova forma de fazer diplomacia entre os dois povos do "Mediterrâneo Atlântico". Por um lado, porque foi o próprio rei de Portugal em pessoa a deslocar-se a Marrocos, com o peso político-diplomático que tal acção comporta, por outro, pela forma que podemos classificar de diplomacia informal que pretendeu imprimir àquela memorável viagem diplomática.

[52] Fernando de Castro Brandão, "O Tratado de Paz entre Portugal e Marrocos", in *Camões - Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, nº 17/18, Lisboa, Instituto Camões, 2004, pp. 26-41.